

Geopolítica, geopolítica e, para sobremesa: geopolítica

A prosperidade económica e a transformação das sociedades têm estado indiscutivelmente ligadas às revoluções tecnológicas. Hoje, mergulhadas na evolução climática do mundo e no meio de uma intensa batalha geopolítica que provavelmente conduzirá a um mundo multipolar, as grandes economias têm de decidir a sua estratégia de jogo. Uma estratégia que será desenvolvida em numerosas frentes, e onde já estamos a assistir a um papel governamental proeminente, mesmo nos países que durante décadas exemplificaram claramente o liberalismo económico, como os EUA.

De facto, há alguns dias, a administração Biden aumentou as restrições à compra de chips americanos por empresas ou indivíduos chineses. Limitar a utilização de tecnologias avançadas é uma forma eficaz de impedir a emergência dos países. E os EUA são claros, esta limitação tecnológica será uma das práticas a seguir para restringir a relevância geograficamente estratégica da China, um país com um sistema político, social e económico marcadamente diferente daquele defendido pelo mundo ocidental.

Na Europa, a pandemia em primeiro lugar e a guerra na Ucrânia mais tarde, salientaram a forte dependência que temos relativamente à produção chinesa e à energia russa. Uma dependência que, a todo o custo, terá que ser reduzida, o que levou a uma extensão da política de «autonomia estratégica» ou de «soberania estratégica» defendida pela UE para além das áreas de segurança e defesa em que inicialmente se focou.

Hoje, a política de maior autonomia também engloba a necessidade de aumentar a resiliência das cadeias globais de abastecimento, diminuindo a dependência de determinados produtos e/ou países estrangeiros, especialmente os «menos amigáveis», bem como a necessidade de defender os valores democráticos em todos os países da União.

Trata-se de linhas de ação em que a UE não só trabalha individualmente, como também em conjunto com os EUA através de instrumentos como o Conselho do Comércio e Tecnologia, nascido em junho de 2021. Em geral, este Conselho apresenta-se como um fórum para ambas as regiões dialogarem e acordarem numa agenda comum sobre aspetos comerciais e tecnológicos, sempre a partir de uma abordagem que apoie os valores democráticos que partilham. Em particular, um dos grupos de trabalho do Conselho centra-se no aumento da segurança das cadeias de valor globais, cujas vulnerabilidades foram salientadas durante a pandemia COVID-19.

Uma questão-chave agora é se a UE continuará a sua abordagem mais moderada das suas relações com o resto do mundo (incluindo a China) para atingir os seus objetivos de autonomia estratégica; ou se, pelo contrário, adotará uma posição mais beligerante, de mãos dadas com o seu renovado aliado transatlântico. Embora ainda seja muito cedo para saber o rumo que esta aliança irá tomar, podemos começar a registar uma certa mudança no sentido de uma maior tolerância ao confronto.

Uma atitude mais confrontacional em domínios como a tecnologia ou o comércio pode ter enormes efeitos negativos em termos de crescimento económico a curto e médio prazo. Afinal, vivemos num mundo altamente globalizado, mais do que em qualquer outro momento da história. No caso da UE, por exemplo, a dependência da China ou a «pegada eletrónica» é hoje mais importante do que a «pegada energética» da Rússia na economia europeia. E, no caso dos Estados Unidos, as ligações com a China no sector da electrónica, ou maquinaria, são ainda mais profundas do que as da própria UE com o gigante asiático.

Mas se uma posição confrontacional pode ter efeitos indesejáveis importantes na atividade económica, o que pode uma resposta pouco convincente do Ocidente ao atual cerco da ordem liberal e democrática representar para o futuro do nosso modelo político liberal e democrático?